



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 184.559.525 euros e um total de fundos próprios de 82.852.466 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.991.371 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 22.771.340 euros de despesa paga e um total de 22.604.258 euros de receita cobrada relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos pontos 1 e 2, e aos possíveis efeitos do ponto 3, da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO** em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. Na sequência da informação dos Advogados verificamos existir um conjunto de processos judiciais em curso para os quais existe divergência entre o montante registado em provisões pelo Município, face ao valor perçecionado pelos advogados. Acresce ainda, que não foi obtida confirmação externa de um dos Advogados que acompanha o Município. Por estes motivos não podemos expressar opinião com segurança aceitável sobre o saldo da provisão para riscos e encargos.
2. A rubrica Dívidas a instituições de crédito inclui 33,1 milhões de euros relativos a financiamentos concedidos pelo PAEL (21,7 milhões de euros) e pelo FAM (11,4 milhões de euros), para os quais não dispomos de informação suficiente para confirmação dos mesmos e respetivo detalhe, pelo que não nos é possível expressar uma opinião com uma segurança aceitável sobre a extensão daqueles saldos. Adicionalmente e conforme referido no Relatório de Gestão, encontra-se em incumprimento de liquidação

1 de 5

o montante de 4,4 milhões de euros relativo ao PAEL (capital e juros).

3. Com reporte à data de 31.12.2018, as contas 217 - *Clientes e utentes c/ cauções*, 2685 - *credores por depósito de garantia* e 26871 - *Credores de OT* apresentam um saldo de 30.122 euros, 383.396 euros e 32.727 euros, respetivamente, devendo ser superiores em, pelo menos, 30.974 euros, 435.254 euros e 217.028 euros, respetivamente, com impacto negativo ao nível dos resultados transitados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASES

A rubrica *Outros Acréscimos de Custos* inclui valores com antiguidade superior a 1 ano, totalizando estes cerca de 6,9 milhões de euros, dos quais 6,2 milhões de euros respeitam à Empresa Municipal (VRSA, SGU), situação com o devido impacto na execução da despesa, bem como nos fundos disponíveis.

Com a revogação do Contrato de gestão das águas, que havia sido celebrado em 2010 com a VRSA SGU, foi desreconhecido o correspondente proveito diferido (10,4 milhões de euros) bem como a dívida da referida entidade (4,8 milhões de euros), como decorre do referido no Relatório de gestão.

Os *Fundos Próprios* foram afetados negativamente no montante de 1,9 milhões de euros, pela aplicação do método da equivalência patrimonial na empresa municipal VRSA SGU, conforme decorre do ponto 8.2.28 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

O limite de endividamento líquido para 2018 deve cumprir o referido no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais), que indica que a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as entidades incluídas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o que não ocorreu.



Ao nível da execução orçamental, verifica-se uma execução da receita e da despesa de, respetivamente, 77,36% e 77,93%, revelando uma execução reduzida das receitas e das despesas, na devida proporção, face ao valor orçamentado para o ano de 2018. Acresce que a taxa de execução da receita se apresenta inferior a 85% durante mais de 2 anos consecutivos, despoletando o alerta precoce de desvios, previsto no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Relativamente aos fundos disponíveis com reporte a 31.12.2018, verificamos que não foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, sobre a assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente,

se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

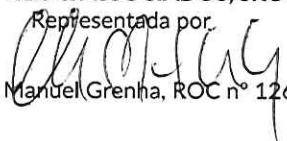
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 16 de abril de 2019

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266